

ARTIGO

As Três Caravelas ou de *Peri* pelo *Abapuru* aos *Mais Doces Bárbaros*: contribuições para uma história da Cultura brasileira

Vinícius Batelli de Souza Balestra¹ / Hugo Rezende Henriques²

Como citar este artigo: BALESTRA, Vinícius Batelli de Souza; HENRIQUES, Hugo Rezende. As Três Caravelas ou de *Peri* pelo *Abapuru* aos *Mais Doces Bárbaros*: contribuições para uma história da Cultura brasileira. **Revista de Ciências do Estado**. Belo Horizonte: v. 4, n. 2, e15208. ISSN: 2525-8036.

Resumo: Dois momentos decisivos da cultura brasileira nos legaram ideias de Nação: o Romantismo e o Modernismo. O texto acompanha a saga da primeira tentativa, ainda no Império brasileiro, de narrar o país e dar um sentido efetivamente nacional à construção de nossa institucionalidade, qual seja, o Romantismo, com suas primeiras interpretações do país, seus romances indigenistas e os intelectuais ligados à política saquarema. À queda do Império, seguem-se anos de terreno árido para a construção de uma narrativa singular brasileira – marcados pela hegemonia positivista e científica no simbolismo da República –, até que a cultura brasileira produz o movimento modernista, que anuncia a novidade dos anos vindouros e prepara a narrativa de um país moderno que desagua na Revolução de 30. O Modernismo, assim, apresenta-se como o movimento – com as particularidades paulistas – que quer dar fim ao Brasil velho dos anos iniciais da República e recuperar a ideia de nação, mas com fortes contornos cosmopolitas. O texto acompanha os projetos estéticos e os projetos ideológicos de cada movimento na tentativa de revelar as narrativas que irão erigir o Estado brasileiro e que passam a ser referenciais para todas as discussões culturais a respeito dos nossos passado, presente e futuro.

Palavras-chave: Cultura; Nação; Brasil; Romantismo; Modernismo.

Recebido em 15.09.2019

Aprovado em 19.11.2019

¹ Doutorando em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, com financiamento da CAPES e sob orientação da Professora Dra. Karine Salgado. Mestre em Direito pela UFMG e Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo E-mail: vinicius_balestra@hotmail.com

² Doutorando em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) sob orientação do Prof. Dr. José Luiz Borges Horta; é Mestre em Direito pela Universidade de São Paulo, Mestre em Biologia pela USP, Bacharel em Direito pela USP, Bacharel em Biologia pela UFMG. E-mail: hugorezende20@yahoo.com.br

Publicado em 04.12.2019

“Realmente, os patriotas que, em 1822, levaram D. Pedro I a proclamar a nossa independência, fundaram, é certo, em terras da América, um ‘novo império’. Fundando este império, teriam fundado uma Nação?”
 (OLIVEIRA VIANA, 1999, p. 326)

1 “MISERERE NOBIS” OU CONSIDERAÇÕES INICIAIS³

É curioso, se não um tanto quanto divertido, perceber a imensa confusão de uma mente materialista, ou ainda pior, de um positivista, ante a ideia de uma Nação. Partamos então do princípio: o esforço de um marxista seguramente querido da maioria, Hobsbawm, em seu livro dedicado ao tema, que percebe logo que esta não é uma noção “tão antiga quanto a história”, mas uma palavra cujos contornos modernos foram intuídos mais ou menos pelo início do século XVIII. E segue com sua arguta estreiteza buscando um conceito formal para o termo:

Tentativas para estabelecer critérios objetivos para a nacionalidade, ou para explicar por que certos grupos se tornaram ‘nações’ e outros não, foram realizadas com frequência, baseado em critérios únicos tais como a língua, o território comum, a história comum, aspectos culturais, ou qualquer outro. A definição de Stalin é provavelmente a mais conhecida destas [‘Nação é uma comunidade estável, historicamente formada, de idioma, de território, de vida econômica e de psicologia, manifestada esta na comunidade de cultura’]. (HOBSBAWN, 1990, p. 5)⁴

Obviamente o conceito formal não é capaz nem mesmo de vislumbrar a complexidade da ideia efetiva; e ainda assim, já nos permite atestar a sua força quando Stalin em sua tentativa de percebê-la nota sua relação com uma comunidade de cultura. A formulação do idealismo alemão é bastante mais forte, clara e elucidativa, quando enuncia que um povo, suficientemente consciente de si mesmo (de sua Cultura e História), se reconhece como Nação; e uma Nação suficientemente forte, se impõe no mundo como um Estado.⁵

A Nação é, nesse sentido, o espírito-consciente-de-si da cultura de um povo, isto é, a destilação da complexidade cultural de um povo em suas linhas mais gerais e mais fortes. Como espírito de um povo (*Volksgeist*), a Nação é um conceito dialético, que respeita as

³ As ideias presentes neste artigo foram primeiro apresentadas no IV Simpósio de Filosofia da Dignidade Humana em 18 de Junho de 2019, e uma versão parcial do presente texto encontra-se nos anais daquele simpósio sob o títulos “Construindo Nações: contribuições para uma história da cultura brasileira”.

⁴ O texto de Stalin, referido em nota no local indicado pelos colchetes no original, é “O marxismo e o Problema Nacional”.

⁵ Veja-se, por exemplo, a complexa e instigante dialética entre os momentos do Estado em HEGEL, 2010, §260, p. 235-236.

diversas particularidades que dela participam, por ela são influenciados e nela influem.⁶ As particularidades subsistem à Nação, e inclusive por meio dela, e continuam a influir sobre a reformulação de seu conceito continuamente na História. Assim, é justamente a ideia de uma Nação que se investe da capacidade de nortear os destinos de um povo, conferindo substância ao Estado por meio da política – que, bebendo na fonte desse espírito nacional, deve buscar dar-lhe racionalidade jurídica e constitucional.⁷

Os conceitos, porque dialéticos, não seguem uma lógica cronológica necessária, como poderiam supor aqueles mais acostumados à lógica formal. Povo, Nação e Estado formam uma tríade interdependente, um movimento incessante que deverá sempre reassegurar e atualizar (diríamos: suprassumir; isto é, negar, conservar e elevar) cada um de seus momentos em novos sentidos historicamente vinculados. É dizer que um povo, uma nação, ou mesmo um Estado, não são apenas em si, não são jamais conceitos formais que se perpetuam no tempo sem movimentar-se, sem mover-se em direção a serem mais e mais aquilo que sempre foram desde o princípio, um eterno ciclo de consciência de si mesmos que avança na História de uma Cultura particular, como, por exemplo, a brasileira.

Tampouco se deverá imaginar que a Nação seja algo dado, uma totalidadeposta e evidente que não careça de um esforço refletido e intencional de autoconhecimento, é, ademais, um trabalho constante e que não cessa nunca de exigir novos e talvez maiores esforços à medida que uma sociedade se complexifica e suas particularidades vão se multiplicando em número e em necessidades. É, desde logo, uma realidade viva e loquaz, que deve ser percebida e erigida lógica e especulativa a partir da racionalidade de um povo,⁸ que necessita de revisitações constantes pois é, em si, alvo tanto de disputa interna pela

⁶ O trauma usualmente emanado do conceito de Nação, e que aqui buscamos enfaticamente ultrapassar, se deve ao conceito rigorosamente objetivo e uniformizante que lhe conferiram os totalitarismos do século XX, especialmente o Nacional-Socialismo alemão, quando buscaram definir em sentido materialista tal conceito, formulando-o em termos de “sangue e solo”, isto é, de comunidade de descendência e território, e o utilizaram para justificar ações de higienismo étnico. O conceito conforme aqui trabalhado, ao contrário, busca perceber a dialeticidade da ideia que, justamente por ser tipicamente ocidental, tem em si mesma o desafio ocidental de reconciliar a totalidade e a particularidade, isto é, de ser uma universalidade que respeita e integra a diferença, produzindo constantemente manifestações novas e mais dinâmicas, mas sem desrespeitar as manifestações mais típicas e tradicionais, que são igualmente preservadas como suas preciosas particularidades (seja historicamente, como aqui se busca fazer, ou efetivamente, como até hoje o Estado brasileiro faz ao garantir as manifestações tradicionais de nossa cultura, de que são exemplos as folias de reis, a literatura de cordel, as cavalhadas e as festas do boi).

⁷ É este, aliás, o magistério e o ponto de chegada da obra de Joaquim Carlos Salgado, quando percebe o Direito como o *maximum ético*, isto é, como fruto do movimento de conscientização da cultura e das morais em um todo lógico e ético politicamente determinado e formalmente instituído como norma (Cf. SALGADO, 2007). Para o desenvolvimento do conceito de Lima Vaz de consciência moral e de Salgado de consciência jurídica, v. FERREIRA, 2002.

⁸ O campo de estudos culturais se dedica justamente à árdua tarefa que aqui se coloca, como demonstram HORTA; RAMOS, 2009.

determinação de seu conceito (ainda que momentâneo)⁹ quanto de ataques desestabilizadores externos.¹⁰

Eis então desde logo nosso problema central, emergindo com toda sua força quando, em 1822, Dom Pedro I proclamou a Independência do Brasil e dotou-nos, ainda em 1824, de uma Constituição Formal própria.¹¹ Éramos inequivocamente um Estado! Mas éramos desde logo uma Nação? Construir Nações, como as contribuições à história brasileira que aqui brevemente pretendemos desenvolver, poderão talvez demonstrar, não é um esforço simples. Trata-se, como já percebemos acima, de conferir a um povo a capacidade de reconhecer-se parte de uma totalidade maior que cada subjetividade – de dotar um povo de uma Cultura própria e ciosa de si.

2 CORAÇÃO MATERNO

O Brasil, enquanto Estado, começa a se colocar ao mundo subitamente com a Independência em 1822, armando a população de um inevitável elemento integrador bastante eficaz, mas talvez ainda efêmero: o ódio ao colonizador.¹² Dessa forma, o primeiro lampejo da nacionalidade brasileira se coloca na integração de nosso povo contra este elemento estrangeiro invasor, um antagonismo raso e imediato a um alvo identificado como “inimigo” em um processo de afastamento entre o Império brasileiro e o Império Português.¹³ Uma tensão que só se resolveria plenamente após a expulsão (dirão alguns: abdicação) do Imperador Dom Pedro I do Brasil, em 1831, menos de uma década após a nossa Independência (SCHWARCZ, 1998, p. 35 e ss).

⁹ O Professor José Luiz Borges Horta é renitente tanto em sua defesa de um esforço de reconstitucionalização do Estado brasileiro, por perceber, entre outras questões, o descompasso entre o documento formal ora existente (a Constituição da República de 1988) e as reflexões havidas desde sua edição, bem como os anseios e percursos trilhados pela Constituição material (aquele efetiva nos corações e mentes do povo e que efetivamente norteiam a Nação, Cf. HORTA, 2017, p. 129 e ss.), quanto em seu alerta para a exigência de que a Constituição de um Estado plasme com clareza os anseios e destinos propostos e a serem perseguidos pelo Estado com base nos caminhos descobertos pela Nação (Cf. HORTA, 2007).

¹⁰ Sobre o tema, recomendamos especialmente a leitura do cuidadoso trabalho de KORYBKO, 2018.

¹¹ Sobre o processo constitucional de 1823-1824 e seus atores e disputas, v. LYNCH, 2014, especialmente p. 13-21.

¹² Não nos referimos aqui a um ódio contra qualquer vinculação ao elemento português, que ainda ocupava não apenas o trono, mas também toda a alta burocracia dita coimbrã (tomamos o termo a LYNCH, 2014, p. 15) do nascente Império, e que teria papel fundamental no sucesso da empreitada independentista ante o fracasso dos movimentos ilustrados mais radicais do período 1789-1817 que não buscavam conciliar com tais setores (BOSI, 1970, p. 57). De fato, o ódio ao colonizador plasmou movimentos de afastamento entre aquelas características tidas por brasileiras e aquelas tidas por tipicamente portuguesas; entretanto jamais imprimiu um tom de radicalidade chauvinista que tomariam certos movimentos independentistas mais bem sucedidos em outras localidades da América do Sul e especialmente do Caribe – onde a Revolução Haitiana se destaca tanto por sua radicalidade quanto por suas influências sobre o pensamento político brasileiro (NASCIMENTO, 2008).

¹³ A percepção dessa forma do fenômeno político em base de antagonismos, isto é, na chave simplista da diáde amigo-inimigo é percebida em sua ocorrência e em sua insuficiência (já que não se estabelece como política efetiva e institucional) por MOUFFE, 2015, p. 18-19.

Mas esse elemento se fez presente e forte naquela integração primeva como bem demonstra o acentuado “naturismo” de nossas elites e de suas agremiações políticas (inúmeras, em um primeiro momento, tamanho o afã que tomou nosso povo brasileiro na possibilidade de determinar os rumos de seu próprio Estado). Como nos relata João Francisco Lisboa, os nomes escolhidos homenageavam a terra, nossa fauna e flora, o elemento brasileiro, contra o elemento português pretendamente expurgado com a Independência:

"Nesta heróica província -- diz Timon, no seu *Jornal* -- a contar da época em que nela se inaugurou o sistema constitucional, os partidos já não têm conta, peso ou medida; tais, tantos, de todo tamanho, nomes e qualidades têm eles tido. As aves do céu, os peixes do mar, os bichos do mato, as mais imundas alimárias e sevandijas já não podem dar nomes que bastem a designá-los, a eles e aos seus periódicos: os *cangabás*, *jaburus*, *bacuraus*, *moroçocas*, *papistas*, *sururuas*, *guaribas*, *catingueiros*. Assim, os partidos os vão buscar nas suas pretendidas tendências e princípios -- nos *ciúmes de localidades*, nas *disposições antimetropolitanas*, na influência *deste ou daquele chefe, desta ou daquelas famílias*" (LISBOA, p. 107 *apud* OLIVEIRA VIANA, 1999, p. 269).

Neste primeiro momento da história da cultura brasileira o elemento português, compreendido na simplória chave do “inimigo” (ainda que apenas virtual, como buscariam demonstrar os estudos posteriores de FREYRE, 2003, p. 64 e ss.), serviu de base para um antagonismo agregador – plasmado em um naturismo rudimentar e imediato – a partir do qual se poderia distinguir a brasiliade em face do seu não-ser, a lusitanidade. Esse antagonismo primário, entretanto, ainda que imediatamente integrador do povo brasileiro em torno do reconhecimento de seu Estado-Nação, não poderia perdurar como única fonte de reconhecimento e agregação da nacionalidade brasileira.

O Brasil carecia de uma cultura nacional, e esta carência se tornaria um problema absolutamente prioritário em face do risco iminente de desagregação territorial enfrentado pelo longo período de revoltas durante a Regência, entre 1831-1840, sobre as quais pairava ainda vívido o fantasma incômodo da perda de nossa província Cisplatina, brutalmente arrancada do Império brasileiro em 1828, pelo Tratado de Montevidéu.¹⁴

Era cada vez mais urgente e patente a necessidade de construção de nosso próprio laço de uma unidade brasileira. Urgia ao Estado brasileiro fortalecer a Nação brasileira, dotando-lhe de uma Cultura e de uma História compartilhadas que permitissem a legitimação do Brasil não pelo antagonismo externo, mas por si mesmo, isto é, pela unidade interna. Foi

¹⁴ Para uma visão sobre o esforço e a construção da ideia de uma nacionalidade (patriótica) uruguaia a partir das tensões havidas na Bacia do Prata entre 1821-1828, v. WINTER, 2013.

esta a missão que o Estado brasileiro conferiu ao seu Imperador Dom Pedro II quando declarou a sua maioridade em 1840.¹⁵

No entanto, a despeito de todas as qualidades do segundo Imperador, não poderia por si só realizar a tarefa de legar ao Brasil uma cultura verdadeiramente brasileira. Não se constrói uma Nação sozinho. O primeiro impulso a este imenso projeto se daria pela expansão e injeção de recursos do Estado brasileiro no notável Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (criado em 1838 sob inspiração da instituição congênere francesa) e que marcaria o princípio de uma empreitada nacional de autoconhecimento – o princípio efetivo da História da Cultura brasileira seria ali gestado e nutrido na forma do movimento artístico denominado “romantismo brasileiro” (SCHWARCZ, 1998, p. 126). Ao Instituto se uniriam ainda o apoio inequívoco e consonante dos artistas da Academia Imperial de Belas Artes, fundada em 1826 mas efetivamente implementada e financiada durante o Segundo Império.¹⁶

O pensamento brasileiro construído e desenhado pelas mentes de autores e artistas brilhantes deveria transbordar para o universo do pensamento popular, estabelecendo-se um Estado digno da História e da Cultura que ora se revelava à Nação brasileira.

Os principais expoentes do Romantismo brasileiro foram imortalizados na memória nacional até os dias presentes, seja pelos nobres e doces selvagens de José de Alencar – a Iracema dos lábios de mel, ou Peri, o apaixonado goitacá batizado católico e salvador de sua amada Ceci –, seja pelo antológico e eterno poema “Canção do Exílio” de Gonçalves Dias. O Romantismo se constituiria em um movimento inarredável na história artística nacional tanto por sua força quanto por sua íntima e bem documentada relação com o esforço político nítido de delineamento de uma cultura brasileira própria e forte. Uma produção cultural que deveria ser, ainda, simultaneamente culta mas também acessível a uma população majoritariamente iletrada e que dependia de narradores orais para sua difusão.

Quando consideramos a literatura no Brasil, vemos que a sua orientação dependeu em parte dos públicos disponíveis nas várias fases, a começar pelos catecúmenos dos autos de Anchieta, a eles ajustados e sobre eles atuando como lição de vida e

¹⁵ O naturismo, contudo, permaneceria forte, como apresenta Antonio Cândido: “Os românticos, depois de 1840, fizeram do indianismo uma paixão nacional, que transbordou do círculo dos leitores e se espalhou por todo país, onde, ainda hoje, perdura o hábito de usar nomes de personagens indígenas dos poemas e romances daquela época. Os dois escritores mais eminentes do indianismo romântico, Gonçalves Dias e Alencar, foram considerados pelos contemporâneos como realizadores de uma literatura finalmente nacional, que vinha manifestar a nossa sensibilidade e visão própria das coisas. O triunfo dessa opinião unilateral manifesta o apogeu da “tendência genealógica” durante o Romantismo, quando foi fortalecido pela vontade política compreensível de negar os valores identificados à colonização portuguesa” (CANDIDO; CASTELLO, 1964, p. 8).

¹⁶ Às instituições mencionadas, do IHGB e da Academia de Belas-Artes, há ainda autores que visualizem uma importância das recém criadas Faculdades de Direito de Olinda e de São Paulo (ambas criadas em 11 de Agosto de 1827) no estabelecimento de um pensamento nacional brasileiro (FANTINATI, 2007). De fato, as Faculdades de Direito legariam ao nascente Império uma burocracia e uma doutrina jurídica própria, ainda que legatária dos afluxos do pensamento europeu continental e da expressiva influência coimbrã sobre seus autores.

concepção de mundo. Vemos em seguida que durante cerca de dois séculos, pouco mais ou menos, os públicos normais da literatura foram aqui os auditórios – de igreja, academia, comemoração (CANDIDO, 2006, p.77-8).

O movimento artístico acompanhava um aparato estatal próprio, com vistas a construir o maquinário do Estado brasileiro:

“Essa elite dos homens de 1.000 o Império formou através desses três grandes centros de fixação dos valores no governo político: o *Ministeriado*, que tinha a função de um teste de experiências para as duas outras corporações seguintes, que eram – o *Conselho de Estado* e o *Senado*, um e outro de provimento vitalício. Nestes três centros de experimentação de capacidade política e estadística, o Imperador colocava os homens da grande elite que fez o Império e sua grandeza”. (OLIVEIRA VIANA, 1999, p. 343)

O IHGB fornece ao país, portanto, suas primeiras referências como nação. Enquanto instituto *geográfico*, trata de fazer com que a *Terra Brasilis* conheça e reconheça seu próprio território; mapeia suas vilas, cidades, rios, planaltos e planícies, serras e escarpas, traça os limites entre seu litoral e seu sertão. Já que também histórico, o IHGB tratou de dar memória e, mais precisamente, de contar a narrativa nacional, de seus heróis e seus episódios momentosos, e assim “salvar do esquecimento os nomes dos seus melhores filhos” (REIS, 2006, p. 26).

Por outro lado, o esforço de formação de uma elite política e burocrática não foi menos digno de nota, e o Império legaria ao Brasil, também, um panteão de “semideuses”; políticos de envergadura que estabeleceriam o modelo dificilmente alcançável de políticos verdadeiramente comprometidos com as causas nacionais, mesmo quando divergiam sobre os rumos do governo. “Chegaram mesmo a viver os primeiros anos da República como uma categoria à parte, inconfundível – como homens do Império, reconhecíveis pelos traços peculiares do caráter e da conduta. [...] Como semideuses destronados.” (OLIVEIRA VIANA, 1999, p. 342-343).¹⁷

3 LINDONÉIA

Não à toa, quando o Império encontra seu fim, no golpe republicano de 1889, a primeira tarefa de que se incumbem homens de Estado da República é a de tentar estabelecer uma nova *mitologia* com a qual explicar o Brasil. Romper com o Império significava, também, romper com o arcabouço intelectual e artístico que lhe dera sustentáculo. Mas o Positivismo não poderia ser veio de frutos muito fecundos; sua científicidade encontrou

¹⁷ Os políticos que cita nominalmente, nesta passagem, Oliveira Viana, são da extirpe que perdura no imaginário popular e nos estudos do pensamento político brasileiro como faróis: Bom Retiro, Sepetiba, Nabuco de Araújo, Paraná, Ouro Preto, Carlos Afonso, Andrade Figueira, Saraiva, Afonso Celso, João Alfredo, Lafaiete, Paulino. A elite dos “carismados” do Imperador D. Pedro II (OLIVEIRA VIANA, 1999, p. 342-343).

dificuldades em fornecer símbolos nacionais ao país. Não é muito difícil que o leitor encontre, desse modo, material sobre o tema em “A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil”, de José Murilo de Carvalho.

Isto porque Carvalho, ao reconstituir o esforço das três ideologias republicanas que disputam a paternidade da nova forma política brasileira – não só agora uma República, mas também uma República presidencialista – parece mesmo narrar uma cômica disputa genealógica entre três pais ilegítimos; mesmo os positivistas ortodoxos, afinal vencedores na disputa política e ideológica dos anos iniciais da Primeira República, encontraram “limitação do voluntarismo na manipulação do imaginário”. (CARVALHO, 1999, p. 15)

Todo seu arsenal propagandístico, que bem servira à mobilização de elites políticas e letreadas para dar o golpe de misericórdia no Império, era afinal inspirado “numa filosofia em muitos pontos alheia à cultura nacional”. (CARVALHO, 1999, p. 15)

Sabemos, assim, que desde sua gestação, o movimento reformista, em especial o grupo positivista, formara seu ideário em oposição mesmo à estética que dava sustentáculo ao ideário Imperial, como ensina Alonso a respeito da “política científica” dos positivistas (2000, p. 47):

De outra parte, a prosa organicista típica da política científica oferece formas de expressão para o movimento: o estilo de tese e principalmente as metáforas organicistas e químicas, científicas, contrastam a com a retórica liberal-romântico do Império. Comparece, assim, como a linguagem comum pela qual experiências particulares de marginalização podem se sintonizar em um mesmo discurso de crítica. O movimento intelectual adotou mesmo o gênero literário experimental típico dos adeptos europeus da política científica, o romance naturalista. Romances de tese, minuciosamente descritivos, sociológicos, rompiam com a estetização da sociedade imperial que o indianismo de Alencar tinha nutrido e se dedicavam ao desvelamento das “patologias” da sociedade estamental e escravista.

Não significa, com isto, que os positivistas não tenham tentado estabelecer sua própria narrativa sobre a formação do Brasil, e a partir dela apontar seus rumos. Mas o lugar da nação na mitologia positivista é diminuto; em sua ideologia, a pátria é mera mediação entre a família e uma ideia um tanto difusa de humanidade (CARVALHO, 1999, p. 22). A sua explicação para o Brasil parte, antes, de uma teoria geral das forças sociais, indistintamente aplicada a todo o Ocidente; a especificidade da história nacional, no Positivismo, ganhou pouco destaque. Sua tentativa de mitologia passou pela exaltação de figuras como Benjamin Constant ou mesmo por Deodoro da Fonseca, entre os militares.

A figura da República como uma mulher, aos moldes franceses, também recebeu esforço de propaganda republicana. Mesmo sua exaltação da figura de Tiradentes encontrava pouca guarida na própria realidade. Em seu livro dedicado ao elogio da figura de Tiradentes, Silva Jardim atribui um legado de ideias a Joaquim José da Silva Xavier que inclui, dentre

outras coisas, a abolição da escravatura, a liberdade de pensamento e imprensa e a limitação das “forças anarchicas do parlamentarismo”. (JARDIM, 1890, p. 41)

Se os positivistas e os jacobinos (com sua exaltação de Floriano Peixoto) encontraram pouca guarida em sua tentativa de tomar a paternidade da narrativa republicana, tampouco foram bem sucedidos os escassos liberais, unidos em torno da figura de Quintino Bocaiúva. (CARVALHO, 1999, p. 48). Sua versão da história nacional passava pela exaltação do Manifesto Republicano de 1870, e pela construção de uma narrativa em muito inspirada na independência das treze colônias. Sua versão do Brasil incluía o contratualismo liberal clássico e, claro, o federalismo.

Não será difícil perceber que nenhuma destas fabulações encontrou grande ressonância na cultura nacional. A tarefa que perseguia a geração intelectual da Primeira República, a de buscar uma identidade coletiva para o país, conflitava gravemente com os contornos de suas matrizes ideológicas: cientificista¹⁸ e universalizante, no caso Positivista. O autoritarismo tecnocrático dos primeiros governos da República, com a colaboração mesma dos nossos ditos liberais (na verdade, em sua maioria, potentados locais defensores do federalismo e, normalmente, conservadores), fazia qualquer mito ou alegoria política do Brasil desvanecer com crua facilidade.

A dificuldade de disputar o imaginário da cultura nacional se reflete mesmo nas artes. O movimento republicano, afinal bem-sucedido em derrubar o Império, não logrou a boa companhia de um movimento artístico de fôlego e duradouro, embora com ele colaborassem eventuais pintores, escultores ou mesmo literatos. Careceu, no entanto, de um sustentáculo artístico que lhe fornecesse as ferramentas literárias que deixassem seu insípido cientificismo¹⁹ algo mais palatável à cultura brasileira.²⁰

¹⁸ Assim Angela Alonso esclarece o pensamento científico dos republicanos positivistas: “‘Política científica’ designa a simplificação e conversão das principais descobertas da sociologia nascente em princípios de orientação política. O recurso a uma ciência da sociedade é um modo de distanciamento em relação à filosofia política do liberalismo francês da Restauração que orientou a fundação das instituições do Segundo Reinado (MATOS, 1987). O movimento intelectual encontrou aí uma linguagem e um esquema conceitual para se diferenciar da tradição imperial. Incorporou especialmente duas teorias fundamentais: uma para a história, outra para a política. Uma *teoria da história sociologicamente formulada* forneceu-lhe uma explicação científica da sociedade brasileira. Uma lei de evolução universal organizaria todas as sociedades em graus de atraso e civilização conforme padrões sucessivos de produção, sociabilidade, instituições políticas e formas de pensar.” (ALONSO, 1984).

¹⁹ “Primeiro e obviamente, os positivistas fazem parte do cientificismo, isto é, comungam a crença na capacidade da ciência em descobrir as leis que regem os fenômenos sociais e de fornecer instrumentos de explicação e de intervenção na realidade. A ciência é vista como a alavancas do progresso e da civilização, como meio de informar e conformar diagnósticos do atraso brasileiro e construir projetos civilizatórios. Daí se deriva como regra comum a subsunção da política à ciência e a proposição dos cientistas como uma espécie de vanguarda da civilização.” (ALONSO, 1996).

4 PARQUE INDUSTRIAL

Eis então o cenário no qual o Brasil adentra o século XX: um povo que já não goza da saudosa mitologia imperialista; uma Nação centrifugada pelo afã provincialista, no centro da qual não restara quaisquer ícones de força efetiva sobre o imaginário popular; e um Estado que buscava cicatrizar as feridas da ruptura institucional proporcionada pelo republicanismo por meio de uma fé insípida no Positivismo. Esse deserto de ideias deu ensejo que se buscasse um projeto estético e ideológico de nação; o Modernismo assim surge, a partir das peculiaridades de um movimento particular e marcadamente paulista.²¹ Encontraremos nas palavras de Antonio Candido:

Na literatura brasileira há dois momentos decisivos que mudam os rumos e vitalizam toda a inteligência: o Romantismo, no século XIX (1836-1870), e o ainda chamado Modernismo, no presente século (1922-1945). Ambos representam fases culminantes de particularismo literário na dialética do local e do cosmopolita; ambos se inspiram, não obstante, no exemplo europeu. (CANDIDO, 2006, p. 118)

De fato, o próprio Antonio Candido (2006, p. 119) reconhece que, entre 1900 e 1922, a literatura é basicamente uma literatura de permanência: conserva e atualiza os elementos do Romantismo, mas com ele não rompe de modo significativo. O descompasso entre uma nacionalidade que se quer nova e republicana será, de algum modo, conciliado com um movimento artístico legatário do Império nesse momento em que viceja a mentalidade modernista.

O Modernismo faria sua estreia nos anos 20, com a pompa própria da ambição paulista.²² Com uma geração artisticamente iconoclasta, surge o arquétipo do modernista, com novo projeto estético e ideológico. O modernista se vê na tarefa de subverter as paisagens, dar-lhes autonomia, em oposição àqueles que supunham apenas mimetizá-las. Vê-se também

²⁰ Nas letras de José Murilo de Carvalho: “Falharam os esforços das correntes republicanas que tentaram expandir a legitimidade do novo regime para além das fronteiras limitadas em que a encurralara a corrente vitoriosa. Não foram capazes de criar um imaginário popular republicano. Nos aspectos em que tiveram algum êxito, este se deveu a compromissos com a tradição imperial ou com valores religiosos. O esforço despendido não foi suficiente para quebrar a barreira criada pela ausência de envolvimento popular na implantação do novo regime. Sem raiz na vivência coletiva, a simbologia republicana caiu no vazio, como foi particularmente o caso da alegoria feminina.” (CARVALHO, 1999, p. 141).

²¹ Isto, aliás, é reflexo do próprio crescimento de São Paulo em termos econômicos durante o período da República Velha. Como lembra Maria Stella Bresciani: “O período de 1870 a 1910 corresponde ao momento em que São Paulo emerge da condição de província de pouca importância econômica e cultural, tornando-se o principal centro produtor e exportador de café do país, além de partilhar com a capital do Império a condição de centro difusor da propaganda republicana. Trata-se pois de um período em que um vasto repertório de questões são levantadas e discutidas amplamente pela parcela letrada da população que se vê obrigada a assumir posições coerentes com o ideário que diz defender.” (BRESCIANI, 1993).

²² Sobre o paulismo e o paulistanismo do Modernismo, ensina Bosi: “Há uma condição paulista do Modernismo, que marcaria alguns escritores de índole mais conservadora (Guilherme de Almeida e um certo Cassiano Ricardo) e conseguia sublimar-se na arte dos radicais: Mário e Oswald. Quanto a Antônio de Alcântara Machado e Sérgio Milliet, tiveram, cada um, uma face paulistana tão marcada quanto a face internacional.” (BOSI, 2003, p. 210).

em uma cruzada, a romper com o modo de escrever e se comunicar: não mais a “linguagem bacharelesca, artificial e idealizante que espelhava [...] a consciência ideológica da oligarquia rural instalada no poder” (LAFETÁ, 2000, p. 21).

Seu projeto ideológico, portanto, e como não poderia deixar de ser, estava acoplado ao estético: renovar a linguagem que, afinal, refletia a velharia da Primeira República, atualizar a literatura e a arte,²³ de modo geral, para refletir um país que se industrializava, se urbanizava e recebia um vultoso número de imigrantes (LAFETÁ, 2000, p. 23).

O uso de uma linguagem mais próxima da popular, com elementos corriqueiros e cotidianos, refletia a própria revolta contra as oligarquias agrárias que ainda comandavam o país e os esforços intelectualistas do Romantismo.

Dos anos 20, sua explosão, aos anos 30, quando encontra sua rotina, o Modernismo se espalha; influencia outros movimentos artísticos e mesmo as Ciências Sociais. Ganhando contornos mesmo de radicalização e frente à dificuldade dos intelectuais da República Velha em discutirem a especificidade nacional, retoma o problema do Brasil. Nos anos 30, observar-se-á a radicalização e engajamento político, religioso e social dos artistas e intelectuais (CANDIDO, 2009, p. 17-18).

As interpretações do Brasil, a tentativa de dar uma resposta à especificidade da história nacional, voltam à moda. Nesse campo, destacam-se as obras de Gilberto Freyre (*Casa-Grande & Senzala, Sobrados & Mucambos*), Sérgio Buarque de Holanda (*Raízes do Brasil*) e Caio Prado Jr. (*Evolução Política do Brasil*). Completa Cândido, sobre este movimento:

Nele, e sobretudo na culminância em que todos os seus frutos amadureceram (1930-1940), fundiram-se a libertação do academismo, dos recalques históricos, do oficialismo literário; as tendências de educação política e reforma social; o ardor de conhecer o país. A sua expansão coincidiu com a radicalização posterior à crise de 1929, que marcou em todo o mundo civilizado uma fase nova de inquietação social e ideológica. Em consequência, manifestou-se uma "ida ao povo", um *V Narod*, por toda parte e também aqui, onde foi o coroamento natural da pesquisa localista, da redefinição cultural desencadeada em 1922. A alegria turbulenta e iconoclastica dos modernistas preparou, no Brasil, os caminhos para a arte interessada e a investigação histórico-sociológica do decênio de 1930. A instauração do Estado Novo ditatorial e antidemocrático marcaria o início de uma fase nova. Ele coincide realmente com o zênite do Modernismo ideológico e uma recrudescência do

²³ Sobre a novidade e a especificidade da visão brasileira do Modernismo, Bosi tem a dizer: “O Modernismo rompeu, de fato, com o sertanismo estilizado dos prosadores parnasianos. Mas não o fez senão para pôr em prática um primitivismo mais radical e, em certo sentido, mais romântico; e assim fazendo, o imaginário de 22 se encontrava com o renovado irracionalismo europeu. Era um primitivismo culto, que não tolerava mais o jeito parnasiano de falar da vida rústica. Em nome de uma poética do inconsciente, 22 opôs-se às sensaborias do penúltimo nativismo. O ângulo de visão era o de intelectuais mais informados e mais inquietos que se propunham desentranhar a poesia dos origens, o substrato selvagem de uma “raça”; e que desejavam intuir o modo de ser brasileiro aquém da civilização, ou então surpreendê-lo na hora fecunda do seu primeiro contato com o colonizador.” (BOSI, 2003. p. 216-217).

Espiritualismo, estético e ideológico, que vimos perdurar ao lado dele, tendo começado antes e, mais de uma vez, convergido nos seus esforços de luta contra o academismo. (CANDIDO, 2006, p. 131)

Quando o Modernismo brasileiro se levanta em 1922 para responder, ainda que de forma particularista, ao vazio legado pelo positivismo da Primeira República, temos, com alguma recepção do cosmopolitismo, a consagração do esforço de conferir dialeticidade à Cultura brasileira. A partir de então o movimento da cultura brasileira poderia se dar em sua dialética interna; independente, ainda que em permanente diálogo, das culturas de outros povos, inclusive das outras nações ocidentais. Ao menos duas narrativas se digladiariam a partir de então no imaginário nacional: a do Brasil indigenista e envolto na pompa do Romantismo do Império, e a do Brasil cosmopolita e exótico do Modernismo.

De todo modo, é impossível negar as contribuições do Modernismo. Nesta época, aprofundam-se os estudos a respeito da realidade brasileira, especialmente exemplificada em figuras como a de Gilberto Freyre que, além de pioneiro em seu *Casa-Grande & Senzala*, também o foi na organização do Primeiro Congresso Afro-Brasileiro, realizado no Recife em 1934 (CANDIDO, 2006, p. 29).

O Brasil dos anos 20 e 30 é um tema a ser explorado, um problema a ser resolvido. Nessa esteira, estará também a obra do marxista Caio Prado Júnior, ou mesmo a “discreta mas segura” (CANDIDO, 2006, p. 30) contribuição de Sérgio Buarque de Holanda e suas *Raízes do Brasil*. Se a estética modernista tem seus pilares e um modelo de nação, refletido mesmo nos gostos de diversos artistas paulistas, também impulsionará uma intensa discussão sobre o país nos círculos intelectuais.²⁴

Isto está em plena consonância com a própria razão de efervescência do Modernismo. Enquanto movimento de crítica e que se pretende progressista, o Modernismo “retoma e aprofunda uma tradição que vem de Euclides da Cunha, passa por Lima Barreto, Graça Aranha, Monteiro Lobato: trata-se da denúncia do Brasil arcaico, regido por uma política ineficaz e incompetente” (LAFETÁ, 2000, p. 27).

No Modernismo, há dois movimentos claros: um cosmopolita, de assimilação da vanguarda europeia. Outro, de retomada dos temas nacionalistas, mais ou menos negligenciados nas décadas anteriores. Nas palavras de Cândido:

Desrecalque localista; assimilação da vanguarda europeia. Sublinhemos também o nacionalismo acentuado desta geração renovadora, que deixa de lado o patriotismo

²⁴ “Lembre-se, nesta chave, o papel dos recém-fundados cursos superiores de filosofia, ciências sociais, histórias, letras, bem como a difusão do ensino na sociologia no nível médio. Isto contribuiu para o desenvolver o espírito analítico nos estudos sobre o Brasil, com incremento do interesse pelos grupos até então menos estudados, ou estudados com ilusões deformadoras: além do negro, o índio, o trabalhador rural, o operário, o pobre”. (CANDIDO, 2009, p. 17-18).

ornamental de Bilac, Coelho Neto ou Rui Barbosa, para amar com veemência o exótico descoberto no próprio país pela sua curiosidade liberta das injunções acadêmicas. Um certo número de escritores se aplica a mostrar como somos diferentes da Europa e como, por isso, devemos ver e exprimir diversamente as coisas. Em todos eles encontramos latente o sentimento de que a expressão livre, principalmente na poesia, é a grande possibilidade que tem para manifestar-se com autenticidade um país de contrastes, onde tudo se mistura e as formas regulares não correspondem à realidade. Cria o teu ritmo livremente. (CANDIDO, 2006, p. 128)

Percebe-se, portanto, que se o Romantismo é marcado pelo nativismo, uma busca primeira das coisas próprias da *terra brasilis*, uma primeira empreitada em torno da construção da mitologia nacional, os anos que o seguiram – isto é, os primeiros anos da República – falharam em produzir um pensamento de cunho verdadeiramente nacional, pelo próprio universalismo das correntes positivista e liberal que dominavam o ideário da constituição republicana. Nesse vácuo de um projeto estético que desse sentido ao ideário político de uma nação em franca efervescência social, econômica, e cultural, o Modernismo,²⁵ munido das ideias de vanguardas europeias,²⁶ oferece seu projeto: cosmopolita, por um lado, mas que recupera o exótico e o singular daquilo que é propriamente brasileiro. Esse novo projeto estético dará sentido narrativo ao Brasil dos anos 30, e por muito tempo será a referência ideológica do Brasil do século XX.

5 GELÉIA GERAL OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

Romantismo e Modernismo são, como ensina Antonio Cândido, os dois momentos cruciais da literatura brasileira. O esforço deste ensaio, nesse sentido, não é de recuperação desses movimentos nas considerações particulares deste ou aquele autor, de suas obras mais relevantes e exemplares; antes, o que se pretende foi revelar o aparecimento de novas narrativas, de novos projetos estéticos que deram sustentáculo a novos ideários políticos e novos projetos institucionais do Estado brasileiro: um primeiro esforço nativista que dá sustentáculo à mitologia imperial; e uma segunda mitologia cosmopolita sensível à singularidade nacional nos anos prévios à Revolução de 30.

Mas ao projeto modernista dos anos 20 e 30, bem intencionado no seu resgate do nacionalismo inaugurado no Romantismo, faltou o retrato de diversas partes do Brasil. Ou, nas palavras de Bosi:

²⁵ Diz Bosi, inspirado, a respeito do projeto do modernismo: “A Semana [de 22] pretendeu ser a abolição da República Velha das Letras.” (BOSI, 2003. p. 210).

²⁶ Ainda em Bosi, encontramos o seguinte, a respeito da influência europeia nos modernistas: “A Combinação de uma nova perspectiva histórica, o novo espaço-tempo da cidade grande de pós-guerra, com uma bateria de estímulos artísticos europeus, tornou possível, historicamente, a Semana de Arte Moderna de 1922.” (BOSI, 2003. p. 210).

Mas, estendendo os olhos para a Nação, não poderia apanhá-la na sua riqueza e pobreza concretas: viu a floresta, a tribo, o rito, o selvagem sempre bom mesmo quando mau, e, na verdade, aquém do Bem e do Mal. E diante da alternativa sofrida por todos os povos coloniais – ou o futuro tecnológico ou o passado aborígene – preferiu resolver o impasse fugindo à escolha. (...) E o resto? E o presente brasileiro, tudo aquilo que não era nem a São Paulo da indústria nem a tribo remota dos tapanhumas? (BOSI, 2003, p. 221)

O que Bosi nos apresenta no excerto é não apenas a caracterização dos temas do modernismo, mas suas lacunas; sobre esse legado, no entanto, os futuros movimentos artísticos brasileiros irão se debruçar, preenchendo espaços, amalgamando suas tendências, invertendo seus esquemas, mas fundamentalmente partem das premissas tanto românticas quanto modernas. É o caso do movimento tropicalista, que bebe do nacionalismo nativista do Romantismo e da Antropofagia do Modernismo, ao mesmo tempo em que revela e inventa novas tendências e novas cores para o projeto de Brasil:

O Tropicalismo, ou Cruzada Tropicalista, pode ser lançado qualquer dia desses numa grande festa no Copacabana Palace. A piscina estará repleta de vitórias-régias e a pérgula enfeitada com palmeiras de todos os tipos. Uma nova moda será lançada: para homens, ternos de linho acetinado branco, com golas bem largas e gravatas de rayon vermelho; as mulheres devem copiar antigos figurinos de Luiza Barreto Leite ou Iracema de Alencar. Em casa, nada de decorações moderninhas, rústicas ou coloniais. A pedida são móveis estofados em dourado e bordô, reproduções de Osvaldo Teixeira e Pedro Américo, bibelôs de louça e camurça, retratos de Vicente Celestino, Emilinha Borba e Cézar de Alencar. Nada de Beatles, nada de Rolling Stones. E muitos pufes, centenas de almofadas. (NETO, 1982, p. 309)

Este embate entre forças poderosas que, em sua dinâmica, elevariam o berço esplêndido do Brasil à grande nação que somos e seremos (a terceira Roma que profetiza Darcy Ribeiro),²⁷ seria, entretanto, abafado momentaneamente por aquilo que se denomina “Razão anti-utópica”.²⁸ Este esforço imperialista de impedimento da força das Nações pela imposição de uma visão de mundo única (um pensamento único) cosmopolita dificultou, desde os estertores do século XX, a consciência brasileira da dinâmica própria e da riqueza incomensurável de sua própria cultura, que esta apresentação buscou, ainda que brevemente, retomar. O esforço de nos voltarmos à grandiosidade da História da Cultura brasileira é o esforço por reconhecermos a grandiosidade do Estado brasileiro que queremos e que nos propomos a buscar e construir – a esplendorosidade da Nação brasileira.

²⁷ As inspiradas e utópico-proféticas considerações da sua obras “O Povo Brasileiro” traz a condenação ao Brasil de seu Destino de uma terceira Roma muito mais eclética, sincrética, miscigenada, aberta e inclusiva (RIBEIRO, 1995, p. 441 e ss.)

²⁸ A expressão que tomamos de empréstimo a ALMEIDA, 2018, denuncia o paradigma do *pense à unique*, que impede a liberdade e a criatividade dos povos em delinearem seus próprios caminhos e destinos, em franca contraposição a todo o esforço de construção de nacionalidade plasmada na cultura brasileira que aqui buscamos demonstrar (ALMEIDA, 2018, *passim*).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Philippe Oliveira de. **Crítica da Razão antiutópica**. São Paulo: Edições Loyola, 2018.

ALONSO, Angela. Crítica e Contestação: o movimento reformista da geração 1870. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 22, p. 35-44, abr., 1984.

ALONSO, Angela. De Positivismo e positivistas: interpretações do positivismo brasileiro. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica**, São Paulo, v.1, n. 42, p. 109-134, jul., 1996.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1970.

BOSI, Alfredo. Moderno e modernista na literatura brasileiro. In: BOSI, Alfredo. **Céu, Inferno**: ensaios de crítica literária e ideológica. São Paulo: Editora 34, 2003.

BRESCIANI, Maria Stella. O Cidadão da República: Liberalismo versus positivismo. Crítica e Contestação: o movimento reformista da geração 1870. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 17, p. 122-135, mai., 1993.

CANDIDO, Antonio. A Revolução de 30 e a cultura. In: MONTERO, Paula; COMIN, Álvaro. **Mão e contramão**. São Paulo: Globo, 2009.

CANDIDO, Antonio. A Revolução de 30 e a cultura. **Novos Estudos**, São Paulo, v. 4, n. 1, p.27-28, abr. 1984.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006.

CANDIDO, Antonio; CASTELLO, José Aderaldo. **Presença da literatura brasileira**. São Paulo: DIFEL, 1964.

CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas**: O imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

FANTINATI, Carlos Ervany. A visão eufórica do Brasil. **Guavira Letras**. Três Lagoas, n. 05, p. 116-138, 2007.

FERREIRA, Mariá A. Brochado. **Consciência moral e consciência jurídica**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2002.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48^a Ed. São Paulo: Global, 2003.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Filosofia do Direito**. Trad. Paulo Meneses. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2010.

HOBSBAWN, Eric. **Nations and Nationalism since 1780**: Programme, Myth, Reality. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

HORTA, José Luiz Borges. Globalização, (des)ideologização e reconstitucionalização do Brasil. In: HORTA, José Luiz Borges; SALGADO, Karine. **História, Estado e idealismo alemão**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

HORTA, José Luiz Borges. Urgência e emergência do constitucionalismo estratégico. **Revista Brasileira de Estudos Constitucionais – RBEC**. Ano 1, v. 1, jan./mar. 2007, Belo Horizonte: Fórum, 2007.

HORTA, José Luiz Borges; RAMOS, Marcelo Maciel. Entre as veredas da cultura e civilização. **Revista Brasileira de Filosofia**. V. 233, p. 235-264, 2009.

JARDIM, Antônio da Silva. **Tiradentes**: discurso lido por Silva Jardim. Rio de Janeiro: Tipografia Leuzinger e Filhos, 1890.

LAFETÁ, José Luiz. **1930: A Crítica e o Modernismo**. São Paulo: Editora 34, 2000.

LYNCH, Christian Edward Cyril. **Monarquia sem despotismo e liberdade sem anarquia**: o pensamento político do Marquês de Caravelas (1821-1836). Belo Horizonte, Editora UFMG, 2014.

MOUFFE, Chantal. **Sobre o político**. Trad. Fernando Santos. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.

NASCIMENTO, Washington Santos. “São Domingos, o grande São domingos!”: repercussões e representações da Revolução Haitiana no Brasil escravista. **Dimensões**. Vitória, v. 21, 2008, p. 125-142.

NETO, Torquato. **Os últimos dias de Paupéria**. São Paulo: Max Limonad, 1982.

OLIVEIRA VIANA, Francisco José de. **Instituições Políticas Brasileiras**. Brasília: Editora do Senado Federal, 1999.

REIS, José Carlos. **As Identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SALGADO, Joaquim Carlos. **A Ideia de Justiça no mundo contemporâneo**: fundamentação e aplicação do Direito como *maximum* ético. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do Imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WINTER, Murillo Dias. “Vivir en cadenas, ¡que triste vivir!, Morir por la Patria, ¡que belo Morir!” – o conceito de Pátria nas páginas da imprensa periódica da Província Cisplatina (1821-1828). **Estudios históricos**. Uruguay, n. 11, a. V. Disponível em: <<http://www.estudioshistoricos.org/11/art.17%20Vivir%20en%20cadenas-%20MURILLO.pdf>>, Acesso em 10 Set. 2019, 2013.

THE THREE CARAVELS OR FROM *PERI* THROUGH THE *ABAPURU* TO *OS MAIS DOCES BÁRBAROS*: CONTRIBUTES TO A HISTORY OF THE BRAZILIAN CULTURE

Vinícius Batelli de Souza Balestra / Hugo Rezende Henriques

How to cite this article: BALESTRA, Vinícius Batelli de Souza; HENRIQUES, Hugo Rezende. As Três Caravelas ou de *Peri* pelo *Abapuru* aos *Mais Doces Bárbaros*: contribuições para uma história da Cultura brasileira. **Revista de Ciências do Estado**. Belo Horizonte: v. 4, n. 2, e15208. ISSN: 2525-8036.

Abstract: Two decisive moments of Brazilian culture legated us the ideas of our Nation: Romantism and Modernism. The paper accompanies the epic of our first try, still during the Brazilian Empire, to narrate the country and provide an effectively national meaning to the

construction of our institutions, that is, the Romantic movement, with its first interpretations of the country, its indigenous romances and the intellectuals connected to the “saquarema” field of politics. To the fall of the Empire, follow some years of arid terrain to the construction of a singularly Brazilian narrative – marked by positivist and scientific hegemony in the symbolism of the Republic –, until the time when Brazilian culture produced the Modernist movement, which announces the novelty of future years and prepares the narrative of a modern country that would lead to the 1930 revolution. Modernism, in this sense, presents itself as the movement – with the particularities of São Paulo’s culture – that wishes to put an end to the old Brazil of the early years of our Old Republic and to recover the idea of a nation, but now with strong cosmopolitan contours. The paper accompanies both the esthetic and ideological projects of each movement, in an effort to reveal the narratives that would construct the Brazilian State and which would be references to all cultural discussions about our past, present and future.

Key-words: Culture; Nation; Brazil; Romantism; Modernism.